



FORUM

N.º 6 OUTUBRO 1989 UNIVERSIDADE DO MINHO



Nº 6**OUTUBRO DE 1989**

3	<i>M. Delgado Manuela Martins F. Sande Lemos</i>	Salvamento de Bracara Augusta
41	<i>Luis F. de O. Fontes</i>	S. Frutuoso Revistado ou a Recente Revitalização do Monumento
57	<i>Maria da Assunção Vasconcelos</i>	Projecto da Igreja e Recolhimentos dos Santos Mártires das Ursulinas
67	<i>César Valença</i>	Um Olhar sobre as Pratas da Colecção Nogueira da Silva
73	<i>Almerindo Janela Afonso</i>	A Sociologia da Educação Não-Escolar e a Formação de Animadores Agentes de Desenvolvimento Local
93	<i>Henrique Barreto Nunes</i>	A Biblioteca e o Quotidiano: Memórias, Afectos e Algumas Banalidades

103		Documentação e Vária
117		Notícias
131		Colaboradores
137		Edições

DOSSIER-SALVAMENTO DE BRACARA AUGUSTA (1976 - 1989)

MANUELA DELGADO
MANUELA MARTINS
FRANCISCO SANDE LEMOS

UNIDADE DE ARQUEOLOGIA

Nota Prévia

Concluídos treze anos sobre o início do processo de Salvamento de Bracara Augusta, num contexto em que persistem equívocos e remedeios, e se perfilam inesperadas ameaças sobre os solos onde jazem os vestígios da cidade romana, a Unidade de Arqueologia considerou oportuno divulgar um documento de síntese sobre a história do projecto, e sobre os diversos vectores que o constituem, incluindo questões de ordem jurídica e urbanística.

A esse documento, que constitui a primeira parte do artigo, juntamos um breve balanço dos conhecimentos actuais sobre Bracara Augusta, baseado essencialmente num trabalho divulgado nas Actas do I Colóquio de Arqueologia Urbana (Setúbal-1985). Como essas Actas tiveram uma circulação restrita, limitada aos meios mais especializados, entendemos que se justifica, com alguns acertos, divulgar novamente a breve síntese aí inserida.

A divulgação simultânea dos problemas com que se debate a salvaguarda de Bracara Augusta, e dos conhecimentos já adquiridos poderá contribuir para estimular, quer a sociedade, quer as autoridades centrais e locais, no sentido de apoiarem com maior eficácia este projecto.

1 - Bracara Augusta

A primeira incursão militar romana no Noroeste da Península Ibérica efectuou-se em 137 a.C., tendo as legiões comandadas por Décimo Júnio Bruto atingido o rio Lima. No entanto, só na época de Augusto a presença romana se tornou permanente. Aquele Imperador, que dirigiu directamente as campanhas de pacificação da Ibéria, fundou no Noroeste da Península três cidades: Lucus Augusta (actual Lugo); Astúrica Augusta (Astorga) e Bracara Augusta.

Implantada no centro de uma região densamente povoada, pelo menos desde a Idade do Ferro, Bracara Augusta desenvolveu-se como pólo comercial e nó rodoviário. Primeiro foi sede do Conventus Bracaraugustanus, território que tinha por limites: a Oeste o Oceano Atlântico; a Sul o rio Douro; a Leste as Serras da Coroa, Nogueira e Bornes; e a Norte um conjunto de relevos que se estende entre o rio Verdugo e a serra de S. Mamede. Posteriormente tornou-se mesmo capital da Galaecia, província que albergava todo o Noroeste da Hispânia.

A importância de Bracara persistiu nos alvares da época medíeva: assim, é a sede do Reino Suevo, no séc. V, até ao saque perpetrado pelos visigodos em 466.

Durante os séculos seguintes e apesar das invasões árabes que a terão atingido, Braga transformou-se em centro religioso, iniciando-se a história do Arcebispado de Braga, cuja evolução se confunde com a da própria urbe. Mau grado esta função urbana e regional que logrou conservar, Braga medieval é menos extensa do que a antiga cidade romana, cujas ruínas ou servem de alicerces aos edifícios medievos ou são sepultadas sob os terrenos cultivados que envolvem o burgo.

2 - História das Ruínas

Desde o Renascimento que se conhecem referências escritas às ruínas de Bracara Augusta. O Arcebispo de D. Diogo de Sousa, que fez abrir novos horizontes no desenvolvimento urbano de Braga, reuniu no Campo de Sant'Ana uma colecção de mais de uma dezena de marcos miliários romanos¹. No séc. XVII, D. Rodrigo da Cunha inclui na «História Ecclesiástica dos Arcebispos de Braga» um capítulo, onde se refere à fundação romana da cidade e às ruínas de edifícios da época. No século seguinte, outro religioso,

Contador de Argote, versando matérias relativas a antiguidades, lamenta a incúria dos seus contemporâneos, que deixavam ao abandono os vestígios e as estruturas monumentais da antiga capital romana.

Apesar da actividade cultural que conheceu, na Braga liberal do século XIX sucederam-se destruições pontuais, que no entanto afectam mais a fisionomia medieval da cidade do que as estruturas romanas, soterradas nos quintais que envolviam a urbe oitocentista².

Durante a primeira metade do nosso século, a capital do Minho pouco cresceu. É sobretudo a partir dos anos cinquenta e sessenta que se esboça uma nova fase de expansão. As quintas envolventes são adquiridas ou expropriadas. Projectam-se planos de urbanização que incidem, entre outras áreas, sobre a zona chamada Alto da Cidade ou Colina de Maximinos. O nome de Santos da Cunha, dinâmico Presidente da Câmara, surge ligado à promoção do sector construtivo que canaliza e aplica os dinheiros da recente emigração para a França e para a Alemanha. Sob as pás dos bulldozers surgem, a cada momento, as casas, e os objectos da época romana.

Nas colunas do Diário do Minho e do Correio do Minho, diversos bracarenses ilustres insurgem-se contra a destruição dos valores do passado. Entre eles, o Cónego Arlindo Ribeiro da Cunha. Tais protestos não parecem comover as autoridades. No limiar dos anos setenta, a avalanche construtiva parece imparável e são aniquilados preciosos monumentos como a Casa do Poço, residência com mosaicos e belíssimos panos de muros (SOUSA & OLIVEIRA 1982). No entanto, só em 1973 surge a primeira proposta de criação de uma zona histórico-arqueológica de protecção ao património cultural de Braga.

A zona de protecção, bem definida, é comunicada à Câmara Municipal, por ofício (1974). Contudo, a Comissão Administrativa que na altura gere aquela autarquia ignora a disposição legal e procede a loteamentos no interior do perímetro protegido.

Em contrapartida, diversos cidadãos cada vez mais alarmados com as destruições sucessivas, e a indiferença da autarquia reúnem-se, constituindo em 1976 uma Comissão, a C.O.D.E.P. (embrião da futura A.S.P.A.), e pressionando as entidades locais e o Governo, para que seja posto cobro aos loteamentos e para que se inicie o Salvamento de Bracara Augusta.

3 - A Criação do Campo Arqueológico de Braga

De facto, 1976 é o ano fulcral para o Salvamento de Bracara Augusta. Henrique Barreto Nunes publicou em 1978 um calendário das principais etapas, que achamos oportuno transcrever:

«— 13 de Janeiro: Temendo que as destruições, recentemente efectuadas possam ser irremediáveis, quatro funcionários da Universidade do Minho (Dr. Barreto Nunes, Dr. Mendes Atanázio, Dr. Artur Norton e Arqt.º Cameira), enviam um telegrama de alarme ao M.E.I.C. Simultaneamente, dando cumprimento a um despacho do Reitor da Universidade do Minho, é apresentado pelo primeiro dos citados funcionários um relatório acerca da «Situação da Arqueologia Bracarense», da qual é traçada uma larga panorâmica, ilustrada com plantas e fotografias, igualmente enviado ao M.E.I.C., que através da Junta Nacional de Educação inicia o processo de protecção das ruínas.

— 3 de Fevereiro: Constituição da C.O.D.E.P. (Comissão de Defesa e Estudo do Património), que inicia uma campanha de sensibilização e alarme sobre a importância de vestígios arqueológicos da Colina de Maximinos e sobre o perigo da sua eminente destruição.

— 23 de Fevereiro: Numa reunião da Universidade do Minho é elaborado um documento contendo dez soluções de importância capital para o processo ulterior - numa delas é cometida à Universidade do Minho a organização de um Campo Arqueológico.

— 26 de Março: Por iniciativa da C.O.D.E.P. e com a colaboração da Universidade do Minho, realiza-se no Salão Medieval desta Universidade um Colóquio sobre o tema «Um Futuro para o Passado de Braga», dirigido pelo Professor Doutor Jorge de Alarcão, que propõe a criação de um posto de arqueólogo equiparado a assistente, para vir dirigir as escavações em Braga.

— 12 a 17 de Abril: O Professor Doutor Jorge de Alarcão dirige uma campanha de sondagens arqueológicas na Colina de Maximinos.

— 25 de Abril: O relatório desta campanha sublinha a importância dos achados e propõe, em conclusão, a contratação de um arqueólogo para vir dirigir os trabalhos de escavação.

— 12 de Maio: Publicação no «Diário da República» de um diploma, criando um Grupo Executivo Interministerial, encarregado de elaborar um estudo conjunto sobre a situação criada em Braga, pela descoberta dos vestígios arqueológicos.

— 18 de Maio: Elaborado o primeiro relatório do Grupo Executivo.

— 22 de Maio: Com a colaboração de 5 estudantes do Serviço Cívico são iniciados os trabalhos arqueológicos na Colina de Maximinos.

— 15 de Junho: Relatório Final da Comissão Executiva que inclui um relatório-proposta de Francisco Alves, segundo o qual um grupo mínimo de quatro pessoas, contratadas, seria indispensável para poder desempenhar o papel que lhe fora atribuído. São já indicados os nomes propostos.

— 7 de Julho: O «Diário da República» publica um diploma que consagra a criação do Grupo de Apoio Técnico às escavações arqueológicas de Maximinos, que começará a funcionar em Outubro.

— 30 de Julho: Publicação no «Diário da República», de um diploma limitando as áreas «non edificandi» do Campo Arqueológico (propostas feitas pelo Grupo Executivo Interministerial).

— 15 a 30 de Outubro: Salvamento de urgência no Lote 9 da Rua de S. Sebastião, onde apareceram estruturas arqueológicas cinco metros abaixo do terreno já nivelado.

— Novembro: Trabalho de salvamento de urgência do Lote 47 da Rua dos Bombeiros Voluntários, onde apareceu no perfil dos caboucos uma taça de vidro esmagada «in situ» e quase intacta, e abundante cerâmica. O alargamento desta zona veio a revelar-se do maior interesse, com a descoberta de vestígios de várias habitações, lajeadas, e possíveis níveis de ocupação sobrepostos. Foi decidida a aquisição deste terreno para o domínio público e reservado ao Campo Arqueológico.

— 19 de Novembro: Passagem do Ministro de Administração Interna, Coronel Costa Brás, no Campo Arqueológico: «Os valores arqueológicos serão defendidos e preservados. Se fôr preciso recorrer a demolições, haverá demolições; se fôr necessário expropriar, haverá expropriações». (A Capital de 20 de Novembro).

— 20 de Novembro: Passagem do Primeiro Ministro, Dr. Mário Soares, no Campo Arqueológico: «Não se construirá mais em Braga sobre ruínas romanas».

— 24 de Novembro: Relatório geral dos trabalhos efectuados, enviado pelo Grupo de Apoio Técnico às escavações de Maximinos e apresentado ao Governo em 28 de Novembro, em anexo às suas propostas para desbloqueamento da situação.

— Janeiro (1977): O Campo Arqueológico, até então sob a gestão da Junta Distrital, passa a ser gerido pela Universidade do Minho, pelo que, provisoriamente, passa a constituir uma unidade autónoma dependente da Reitoria.

4 — Escavações efectuadas entre 1977 e 1989

O Campo Arqueológico de Braga, criado em 1976 para orientar o Salvamento de Bracara Augusta, desenvolve-se sobretudo a partir de 1977:

1977 - 1) — Escavações de emergência nos fundos de um prédio da Rua Damião de Góis (fig. 1, n.º 1).

2) — Escavações num lote de terreno na mesma Rua (a Sudoeste). É posto à vista um conjunto residencial romano, que proporciona abundante e significativo espólio (fig. 1, n.º 2).

3) — Escavações sistemáticas no topo Norte da área vedada da Colina de Maximinos: é identificada uma conduta de água e uma residência romana, designada por Casa da Bica (fig. 1, n.º 3).

4) — Iniciam-se os trabalhos no topo Sul da mesma Colina, sendo descoberto o hipocausto de um edifício termal romano (fig. 1, n.º 4).

5) — A equipa francesa do Centro de Recherches Geophysiques de Garchy realiza sondagens de resistividade eléctrica em diversas áreas onde se supõe existirem ruínas, em particular nos terrenos na posse de particulares.

1978 - 1) — Efectuam-se amplas escavações na área a Oeste do Hospital de S. Marcos, a fim de testar os resultados das sondagens geofísicas. As escavações confirmam os traçados propostos no relatório francês, verificando-se que no subsolo de terrenos de

cultivo existentes entre a Rua de S. Geraldo ou Pelames e o edifício do Hospital se conservam ruínas romanas, provavelmente um bairro residencial (fig. 1, n.º 5).

2) — São ampliadas as zonas de trabalho abertas na Colina de Maximinos. As sondagens no topo Sul põem a descoberto um grande edifício, provavelmente Termas Públicas. Se aí a construção tivesse sido permitida, como estava previsto, teria sido destruída sem recurso, uma das Termas Públicas de Bracara Augusta (fig. 1, n.º 4).

3) — São realizadas inúmeras pequenas e pontuais intervenções de emergência, em diversos pontos da cidade.

1979 - 1) — É efectuado o primeiro salvamento de sepulturas romanas, a partir de um achado ocasional na Rua do Caires, a Sudoeste da Colina de Maximinos (fig. 1, n.º 6).

2) — Desenvolvem-se as escavações no edifício termal da Colina de Maximinos, sendo localizado um segundo núcleo de salas quentes (hipocaustos), tratando-se assim de Termas Duplas, com uma parte do edifício reservado ao sexo masculino e outra ao sexo feminino (fig. 1, n.º 2).

3) — É feito um corte transversal no tabuleiro superior da Colina de Maximinos. São postas à vista novas estruturas, e sobretudo, é descoberto *um habitat da Idade do Bronze*, que subsistiu, parcialmente, sob os alicerces das construções romanas. O habitat consiste em covas abertas no saibro, com cerâmica feita à mão, negra, brunida e carenada. A aquisição dos terrenos, pelo Estado, tinha permitido não só preservar ruínas romanas, mas também vestígios de uma época mais recuada, que ninguém imaginava aí existirem (fig. 1, n.º 8).

4) — Continuam a efectuar-se salvamentos de emergência, motivados por questões pontuais (abertura de valas para saneamento, cabos telefónicos ou electricidade, etc.).

1980 - 1) — Desenvolve-se em profundidade e em extensão a escavação das Termas. São postos à vista hipocaustos da fase inicial; são localizadas novas estruturas, nomeadamente canalizações, restos de uma piscina, e os muros-limite do edifício, a Norte e a Leste (fig. 2).

2) — Realiza-se a escavação da parte da necrópole romana da Rua do Caires, que vai ficar coberta pela nova via rápida.

Assim, é registado um novo conjunto de sepulturas, ainda que relativamente pobre em espólio (fig. 1, n.º 6).

3) — Uma segunda campanha de escavações, na necrópole da Rua do Caires, incide sobre um terreno onde se projectava erguer uma torre, para habitação. Registam-se sepulturas, semelhantes às detectadas nas escavações de salvamento 1979 e na primeira campanha de 1980 (fig. 1, n.º 7).

4) — Realizam-se salvamentos pontuais.

1981 - 1) — Prosseguem as escavações das Termas, visando principalmente, resolver problemas, especificamente científicos.

2) — Concluem-se as escavações da necrópole da Rua do Caires.

3) — Realizam-se diversos salvamentos, nomeadamente na área do antigo Convento dos Remédios, onde é encontrada uma sepultura romana selada, com significativo espólio, entre o qual objectos femininos de adorno (fig. 9, n.º 9).

1982 - 1) — Construção de uma cobertura sobre as Termas, para protecção contra a chuva (o Minho é uma das regiões mais pluviosas da Europa Ocidental).

2) — É organizado um sistema de guardas, que assegura a vigilância permanente sobre a área vedada da Colina de Maximinos, incluindo, como é óbvio, as Termas.

3) — Acções de limpeza na Colina de Maximinos, englobando a manutenção permanente da área do edifício termal.

4) — Escavações pouco conclusivas na Zona dos Granjinhos, a Sul da Fonte do Ídolo (fig. 1, n.º 10).

5) — Escavações no quintal do edifício inicialmente destinado ao Museu de D. Diogo de Sousa (fig. 1, n.º 11).

6) — Intervenções de emergência na Rodovia, a Sul da cidade, aquando da abertura de uma vala para canos de saneamento que trouxe à luz do dia um conjunto de sepulturas romanas construídas com tijoleira e telhas (fig. 1, n.º 12).

7) — Iniciam-se escavações sistemáticas no terreno fronteiro ao Largo de S. Paulo, designado por Cardoso da Saudade. Os trabalhos põem a descoberto um complexo núcleo de estruturas e proporcionam abundante espólio, em que se destaca um pequeno

«tesouro» de moedas romanas do séc. IV (fig. 1, n.º 13).

8) — iniciam-se sondagens na Zona a Sul do Hospital, na área onde a tradição afirma estar sepultado um troço de muralha romana (fig. 1, n.º 14).

1983 - 1) — Prosseguimento dos trabalhos no terreno designado Cardoso da Saudade.

2) — Continuação das sondagens na zona da muralha de Bracara Augusta, nos terrenos a Sul do Hospital de S. Marcos.

3) — Sondagens com carácter pontual no edifício termal romano do Alto da Cidade ou Colina de Maximinos.

4) — Início dos trabalhos arqueológicos no miolo do quarteirão a Oeste do Campo das Carvalheiras, delimitado pelas ruas de Visconde Pintela, Cruz de Pedra, Marchantes e do Mata-douro. Descobrem-se assim os primeiros indícios de uma rua romana e de construções do séc. I da era de Cristo (fig. 1, n.º 15).

5) — Abertura de sondagens na cabeceira da Sé de Braga, na Rua de Nossa Senhora do Leite. Para além de vestígios de níveis românicos, incluindo túmulos, descobre-se a base de um amplo edifício do séc. I da nossa era, que poderá ser um templo ou um mercado (fig. 1, n.º 16).

1984 - 1) — Prosseguimento dos trabalhos nos terrenos a Sul do Hospital de S. Marcos, na área da muralha.

2) — Alargamento das escavações na Zona das Carvalheiras. Começam a desenhar-se os contornos de um bairro romano.

1985 - 1) — É dada particular importância à Zona das Carvalheiras. Descobre-se um cruzamento de ruas e edifícios anexos, verificando-se que as remodelações tardias mantêm os alinhamentos do séc. I.

2) — Trabalhos de limpeza na área vedada da Colina de Maximinos.

1986 - 1) — Continuação dos trabalhos da Zona das Carvalheiras.

2) — Prosseguem os trabalhos de manutenção e limpeza na Colina de Maximinos. O edifício termal é visitado pelo público, nomeadamente pelos alunos de muitas escolas da cidade e da região.



2. «Insula» romana da Zona das Carvalheiras
(Fot. de Manuel Santos)

12

3) — São retomados os trabalhos na chamada Zona 77 A, na Rua Damião de Góis. Pretende-se identificar as características desta área sudoeste da cidade romana.

4) — Iniciam-se sondagens nos terrenos onde subsistem as ruínas das cavaliariças do antigo Quartel da Cavalaria, na Rua dos Bombeiros Voluntários. Nesta área pretende-se construir o Museu de D. Diogo de Sousa, pelo que se torna necessário verificar a espessura dos solos, e as características das ruínas romanas aí existentes (fig. 1, n.º 17).

5) — Em desaterros realizados próximo da Rua Nova de Santa Cruz, que dava saída para Nordeste, é descoberto um marco miliário, que pelo seu posicionamento deverá assinalar a milha I da via romana entre Bracara Augusta e Acqua Flaviae (fig. 1, n.º 18).

1987 - 1) — Prosseguem as sondagens na Zona dita das Cavaliariças.

2) — Efectuam-se trabalhos de limpeza e escavações pontuais no Claustro do Seminário de Santiago, nas ruínas roma-

nas aí existentes, em colaboração com o Sr. Cónego Luciano dos Santos (fig. 1, n.º 19).

3) — Na Cangosta da Palha, sem prévio aviso, o município iniciou desaterros para construir um parque subterrâneo de estacionamento, destruindo dezenas de sepulturas romanas. No entanto, o salvamento, imediatamente realizado permitiu ainda escavar e registar oitenta túmulos (fig. 1, n.º 20).



3. Necrópole romana tardia da Cangosta da Palha
(Fot. de Manuel Santos)

4) — A pedido do Gabinete do Centro Histórico da cidade principiam escavações no miolo do quarteirão formado pelas Ruas Gualdim Pais (fig. 21), Rua Paio Mendes, Rua das Chagas, Rua Afonso Henriques e Rua Frei Caetano Brandão, a fim de se apurar a viabilidade de construir um parque de estacionamento.

5) — Realizam-se sondagens na Zona das Carvalheiras.

1988 - 1) — Prosseguem de forma alargada as escavações da Zona das Carvalheiras.

2) — Concluem-se as sondagens na Zona Gualdim Pais.

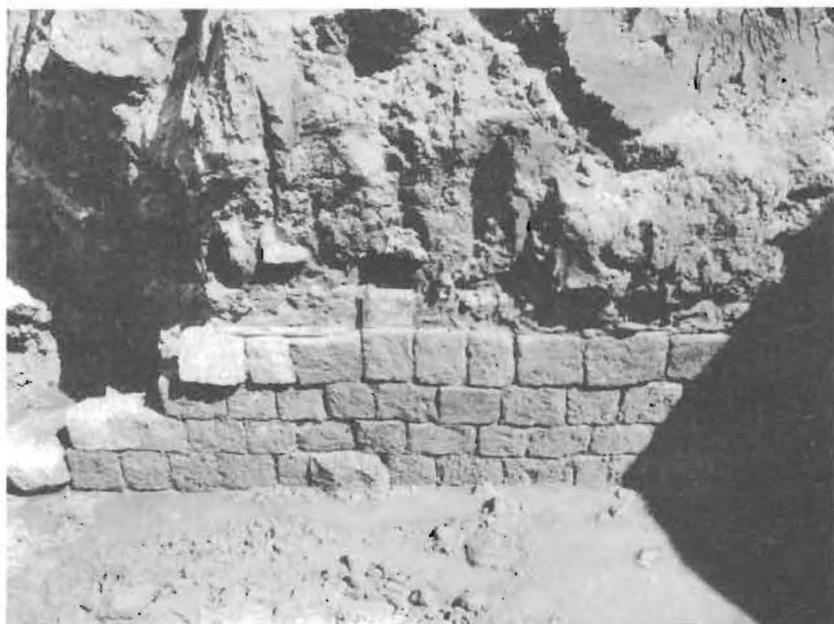
3) — Uma equipa do Departamento de Geociências da Terra da Universidade de Aveiro efectua levantamentos de resistividade eléctrica e electro-magnética, na Zona das Cavalariças, na área adjacente às Termas do Alto da Cividade, e no Claustro da Biblioteca Pública de Braga.

4) — Inicia-se a escavação sistemática do Claustro da Biblioteca Pública, revelando as primeiras sondagens uma sequên-
cia estratigráfica que se estende da época romana até à Idade Moderna (fig. 1, n.º 22).

1989 - 1) — Prosseguem os trabalhos na Zona das Cavalariças, configurando-se um importante edifício romano.

2) — Continuam as escavações do Claustro da Biblioteca Pública de Braga.

3) — O Serviço Regional de Arqueologia da Zona Norte efectua uma intervenção de emergência no interior da Sé Catedral, no transepto, pondo a descoberto muros romanos de excelente aparelho (fig. 1, n.º 23).



4. Muro romano do séc. I descoberto na Zona dos Granginhos
(Fot. de Manuel Santos)

4) — Realizou-se o registo de um muro de excelente aparelho (séc. I?), na área a sudoeste da Fonte do Ídolo, descoberto ao efectuarem-se terraplanagens destinadas à construção de um parque subterrâneo de estacionamento (fig. 1, n.º 24).

5) — São abertas novas valas na Zona das Carvalheiras com o objectivo de melhor estabelecer o traçado da rua romana, e os limites de uma «ínsula».

5 — Questões Jurídicas

Neste domínio, as primeiras diligências efectuadas devem-se ao Dr. Rigaud de Sousa, que em 1974 propõe a delimitação de uma zona de protecção ao património histórico-arqueológico de Braga. Os limites seriam: a Sul da Rodovia; a Este a Avenida da Liberdade; a Norte o Campo da Vinha; a Oeste a Rua da Cruz de Pedra e a rotunda de Maximinos. A área proposta inclui, assim, as cidades romanas e medieval.

A iniciativa de Rigaud de Sousa obtém o parecer favorável da 2.ª Subsecção da Junta Nacional de Educação, e a zona de protecção é homologada, por despacho do Senhor Ministro da Educação, de 27 de Novembro de 1974.

Apesar de ter sido comunicado por ofício, à Câmara Municipal de Braga, a zona de protecção não é respeitada pela autarquia, que autoriza loteamentos, sem prévio parecer da Direcção-Geral do Património Cultural³.

Em 1976, verificada a inoperância daquela disposição legal, é publicado um conjunto de legislação (Despachos conjuntos do M.A.I., M.O.P., M.H.U.C. e M.E.I.C., de 30 de Junho de 1976 e 7 de Julho; Decreto n.º 640/76, de 30 de Julho), definindo medidas cautelares e empenhando diversos Ministérios, no desbloqueamento da situação urbanística e cultural, criada pela destruição maciça das ruínas de Bracara Augusta.

As medidas legislativas tiveram uma eficácia real. Os diferentes serviços estatais designados na lei, asseguram:

- a criação de uma Unidade de Arqueologia, no âmbito da Universidade do Minho, sendo contratados para o efeito arqueólogos, na categoria de Técnicos Superiores;
- a aquisição, por troca, dos terrenos já com infra-estruturas de urbanização (Colina de Maximinos);
- a concessão à Universidade do Minho das verbas necessá-

rias para as explorações arqueológicas previstas;

— a resolução parcial de problemas urbanísticos pendentes.

No entanto, as disposições legais, os despachos conjuntos ou decretos baseados na lei dos solos, enfermavam de um carácter provisório que obrigou a reformulações e prorrogações sucessivas (Decreto-Lei n.º 99-A/77 de 30 de Julho; Decreto n.º 65/78 de 8 de Julho), às vezes nem sempre fáceis de obter, devido às mudanças entretanto verificadas, na constituição dos governos.

Por outro lado, o carácter rígido das disposições legais previstas no quadro da defesa do património cultural (medidas de classificação) não aconselhavam seguir esta via.

Procurou, assim, o então responsável pela Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho (Francisco Alves) propôr nova legislação, mais completa e mais flexível. Foram pois iniciadas, em 1980, uma série de reuniões, que culminaram num ante-projecto de Decreto-lei, que foi entregue pessoalmente pelo Senhor Governador Civil de Braga ao Senhor Secretário de Estado da Cultura, Dr. Bráz Teixeira, em Março de 1981. Note-se que o ante-projecto mereceu o consenso do Governo Civil, da Câmara Municipal de Braga, do novo responsável pela Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho (Francisco Sande Lemos) e do representante da Direcção-Geral dos Monumentos Nacionais, Arquitecto Rosado Correia.

16

O referido ante-projecto, apesar da urgência da sua apreciação superior, teve um andamento lento através das diversas etapas burocráticas e apenas foi à sessão da Comissão Nacional Provisória de Arqueologia, em Julho de 1981. Com ligeiras alterações, o texto mereceu parecer favorável daquela entidade consultiva. Sob o parecer da C.N.P.A., o Senhor Secretário de Estado da Cultura, Dr. Gomes de Pinho, emitiu um despacho de concordância, remetendo, no entanto, o projecto do Decreto-Lei para a Assessoria Jurídica do Instituto Português do Património Cultural, a fim de ser melhorado, em termos jurídicos.

A Auditoria Jurídica do I.P.P.C. elaborou assim um novo projecto, que no entanto não obteve o acolhimento favorável dos representantes do poder local, encontrando-se neste momento todo o processo bloqueado.

Entretanto, foi publicada a classificação das Termas do Alto da Cidade, como Monumento Nacional (Decreto-Lei n.º 1/86 de 3 de Janeiro de 1988) e os vestígios da muralha romana classificados

como Imóvel de Interesse Público. Quanto às ruínas da Zona das Carvalheiras, foi iniciado o processo de classificação como Imóvel de Interesse Público.

Posteriormente, em 11 de Abril de 1988, foi estabelecido por Portaria (214/88), assinada pela Senhora Secretária de Estado da Cultura uma Zona Especial de Protecção das Termas.

Nestes termos pode considerar-se que o enquadramento jurídico das ruínas de Bracara Augusta tem apenas protecções pontuais, carecendo de uma solução genérica⁴.

Dado que a Lei de Bases do Património contempla o aspecto particular do património arqueológico urbano, seria indicado no âmbito dos decretos-regulamentares, elaborar um, para o caso específico de Bracara Augusta.

6 — Aspectos Urbanísticos

6.1 — A publicação em 1976 das medidas cautelares criou, de imediato, uma série de problemas a nível urbanístico. A fim de os solucionar, foi criado o Grupo Técnico para o Desbloqueamento da Zona Arqueológica de Braga (Despacho conjunto de 28 de Abril de 1976), integrando representantes de diversos serviços, e presidido pelo Governador Civil de Braga. O G.A.T.D.Z.A.B. desenvolveu uma acção dinâmica, conseguindo resolver questões pendentes, nomeadamente a aquisição por troca dos terrenos da Colina de Maximinos, para os quais já estavam autorizados loteamentos e licenças de construção.

Paralelamente, o texto da Lei publicada em 1976 preconizava a elaboração de um projecto de urbanização para a zona arqueológica de Braga. De tal tarefa foi incumbido o Senhor Arquitecto António Menéres que através de frequentes contactos com a Unidade de Arqueologia, pôde recolher os elementos indispensáveis para uma caracterização genérica das áreas em questão, em termos arqueológicos. Nomeadamente, foi fornecida àquele arquitecto uma planta de Braga, à escala de 1:2000, com a localização de todos os antigos achados, sondagens e zonas de escavação, com uma indicação sumária do significado arqueológico de cada local, incluindo os relativos a necrópoles romanas.

Foi igualmente proporcionado ao Arquitecto Menéres um exemplar do Relatório elaborado pela equipa francesa do Centre de Recherches Geophysiques da Garchy, bem como o relatório das

escavações efectuadas na área a Oeste do Hospital de S. Marcos. Para além destes documentos, foram facultadas ao urbanista todas as explicações complementares necessárias através de reuniões conjuntas, a seu tempo ocorridas em Braga e no Porto.

No entanto, o projecto não obteve o parecer favorável do G.A.T.-Z.A.B., em 1983.

Posteriormente, a Câmara Municipal de Braga ensaiou através dos seus próprios serviços, elaborar um novo projecto de urbanização, que não chegou contudo a ser terminado. Novamente os arqueólogos forneceram todos os dados considerados necessários.

A definição do planeamento urbanístico para a zona da cidade, em cujo subsolo jazem os vestígios arqueológicos da cidade romana é tão importante como a elaboração de um Decreto-Lei protegendo a área, e é urgente.

Por outro lado, dadas as implicações culturais e arqueológicas do plano de urbanização, as directivas aí preconizadas devem em nosso entender, ser apreciadas, também, pelos órgãos competentes do Instituto Português do Património Cultural.

6.2 — O bloqueamento da construção na zona arqueológica de Braga não parece ter afectado o crescimento da cidade. Ora, se já se passaram treze anos (1976-1989), sobre as medidas cautelares relativas à Zona Arqueológica de Braga, o que parece ser o tempo suficiente para avaliar as repercussões.

Pelo contrário, a preservação dos espaços onde se conservam ruínas no subsolo, poderá contribuir eficazmente para o equilíbrio de Braga como centro urbano, mediante a criação de zonas verdes, parques infantis, zonas de lazer para a terceira idade, percursos de interesse arqueológico e arquitectónico.

A oferta de Braga, em termos culturais e turísticos, está muito abaixo das suas potencialidades. Toda a área onde se conservam ruínas da cidade romana, não é apenas interessante como tal, mas enquadra-se num ambiente histórico-paisagístico que é absolutamente indispensável conservar. Construir sobre as ruínas romanas não é apenas ferir camadas arqueológicas, é também alterar o perfil da cidade antiga.

7 — Projecto Científico

7.1 — Durante cinco séculos, Bracara Augusta foi o centro dum vasto território que corresponde hoje ao Norte do nosso país,

com excepção de parte do Distrito de Bragança.

Independentemente do seu valor monumental, as ruínas de Bracara Augusta constituem, por isso, uma preciosa reserva científica e histórica, cuja investigação e conservação se considera inadiável.

Todavia, a indefinição jurídica e urbanística de Bracara Augusta e da sua Zona Arqueológica tem constituído um sério obstáculo ao desenvolvimento da investigação, dado que a ocorrência sistemática de intervenções de urgência, os prazos limitados e as pressões das entidades construtoras (públicas ou privadas), a que estão sujeitos os investigadores e as equipas de trabalho da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho e do Museu D. Diogo de Sousa, não têm permitido uma programação das pesquisas adequadas a objectivos de ordem estritamente científica, cultural e de conservação do património. Se é urgente, por conseguinte, definir os termos do regime jurídico e urbanístico da Zona Arqueológica de Braga, não é menos urgente desenvolver um «Projecto de Investigação de Bracara Augusta» que, por força da sua reconhecida importância, se torne, ele próprio, um factor determinante na correcta definição daquele regime.

7.2 — Este projecto deve ser determinado por cinco ordens de factores:

- a) — A evidência de uma ocupação remota, cujos limites precisos e real significado se desconhecem ainda.
- b) — A necessidade de inserir Braga nos contextos arqueológicos circundantes.
- c) — A existência na cidade actual, de áreas livres ou de acesso viável onde será possível proceder a escavações, com vista à prospecção sistemática da antiga cidade romana.
- d) — A obrigatoriedade de intervir onde e sempre que trabalhos urbanos ponham a descoberto estruturas antigas.
- e) — O compromisso de tratar e estudar o espólio em termos da sua utilização não apenas como dado científico, mas também como instrumento pedagógico e cultural.

Não consideramos aqui a investigação directamente relacionada com os dois primeiros factores acima referidos, por considerarmos que ele deverá ser objecto de projectos individualizados, embora em necessária correlação com o de Bracara Augusta, os quais implicam intervenções na Colina de Maximinos, Castro Máximo, Santa Maria da Falperra, Dume, S. Frutuoso, para só referir os sítios mais importantes.

7.3 — O projecto de estudo de Bracara Augusta, que contempla os três últimos factores acima mencionados, visa quatro objectivos principais:

- a) — Tentar reconstruir o urbanismo da antiga cidade romana e /ou pôr a descoberto os vestígios dos seus principais edifícios.
- b) — Determinar, uma vez por todas, se Bracara Augusta possuía ou não uma muralha e, em caso afirmativo, definir o seu traçado e cronologia.
- c) — Tratar o respectivo espólio (registo, restauro, identificação), com vista à sua utilização como dado científico e instrumento pedagógico-cultural.
- d) — Fazer o estudo sistemático de cerâmica comum local e regional, proveniente da Bracara Augusta.

O primeiro destes objectivos implica escavações sistemáticas, necessariamente programadas, em função de um prévio estabelecimento de *zonas-chave de intervenção*, as quais foram definidas pela análise do significado arqueológico e do posicionamento topográfico de todos os achados e escavações produzidos em Braga até hoje.

7.4 — Infelizmente, as pressões urbanísticas impedem que o projecto exposto possa ser aplicado de uma forma rigorosa. Assim, as linhas de acção estritamente científicas têm, que aguardar ou funcionar paralelamente às acções provocadas por pressões urbanísticas. Mesmo as próprias intervenções que visam objectivos estritamente de conhecimento, têm de ser articuladas com as oportunidades que são oferecidas por obras de construção de melhoramentos urbanos.

8 — Aspectos de Conservação

Neste capítulo há a considerar duas ordens de problemas distintos. As questões que se colocam quanto à conservação das estruturas ou ruínas e os aspectos relacionados com o tratamento dos objectos recolhidos ou resultantes de escavações ou de achados ocasionais.

Quanto a este segundo aspecto, o funcionamento de um Laboratório de Tratamento e Restauro de Cerâmica, no quadro do Museu Regional de D. Diogo de Sousa, tem permitido que as numerosas séries de materiais recolhidos sejam devidamente registados, acondicionados e restaurados, quando seja caso disso.

No que concerne à conservação das ruínas, a primeira dificuldade advém das condições climatéricas do Minho. De facto, o Noroeste de Portugal é uma das regiões mais pluviosas da Europa Ocidental. A este factor negativo vem juntar-se a natureza litológica da rocha, que serviu de matéria prima para a construção romana: o granito. Assim, o elevado índice de meteorização do granito, aliado à forte pluviosidade, faz com que as estruturas postas a descoberto sejam impiedosamente destruídas, num processo que pode durar poucos anos.

Este contexto implica uma política cuidadosa de escavações. Antes de se pôr a descoberto muros antigos é absolutamente necessário prevêr a sua cobertura, ou mesmo o entulhamento das valas abertas, quando as verbas disponíveis não sejam suficientes.

Graças ao apoio financeiro da Direcção-Geral dos Monumentos Nacionais e do I.P.P.C. foi possível erguer, sobre as termas romanas da Colina de Maximinos uma cobertura metálica, com características simples que permite não só a observação das ruínas, mas também o prosseguimento dos trabalhos, mesmo sob a chuva. No entanto, o alargamento do estudo do edifício termal, na direcção Sul, depende da garantia prévia de verbas, para ampliar a cobertura.

Outra estrutura romana que exige um programa adequado de protecção é a Fonte do Ídolo. Apesar de ser um monumento muito conhecido, quase um ex-libris de Braga Antiga, e apesar de inúmeros protestos, que se quebram na indiferença das autoridades camarárias e do poder central, a Fonte do Ídolo não está protegida, nem contra as intempéries, nem dos actos de vandalismo.

Um objectivo imediato, neste caso, deve ser:

- assegurar a vigilância diária do monumento em causa;



1. Fonte do Ídolo
(Fot. de Manuel Santos)

22

— projectar um sistema de cobertura desmontável, para os períodos pluviosos e para as geadas.

Outros dois núcleos, o da Zona das Carvalhoeiras e do Seminário de Santiago deveriam merecer projectos próprios de consolidação e restauro.

No que concerne às ruínas que estão a ser postas à vista na Zona das Cavalariças, o seu futuro depende do projecto do Museu que aí vai ser instalado.

Independentemente das soluções específicas de conservação que venham a ser adoptadas em cada caso, a valorização dos diversos conjuntos como testemunhos parcelares duma única cidade, e da sua história, só pode ter êxito se for articulada com um plano de urbanização que tenha em primordial atenção o vector cultural desta área de Braga.

9 — Aspectos Museológicos e de Divulgação

Ao longo dos séculos, os terrenos onde jazem as ruínas de

Bracara Augusta têm produzido objectos. Se podemos vislumbrar em D. Diogo de Sousa uma primeira preocupação em constituir uma colecção de peças arqueológicas (os marcós miliários do Campo de Sant'Ana), é um facto que apenas no século XIX se verifica uma tendência crescente para constituir um fundo museológico com os objectos que vão surgindo. Textos publicados em jornais de Braga e as actas camarárias sinalizam essa tendência, a qual, no entanto, não se concretiza, limitando-se a edilidade a manter a colecção de miliários, entretanto transferidos para o Largo das Carvalheiras. Acontece mesmo que as peças reunidas por Albano Bellino, após a sua morte, vão para fora, para Guimarães (Museu da Sociedade Martins Sarmento) e para Lisboa (Museu Nacional de Arqueologia e Etnografia)⁵.

Só em 1918 a cidade consegue fundar um Museu, onde se acumula um acervo de peças arqueológicas, de arte sacra e outros.

No entanto, o Museu Nacional de D. Diogo de Sousa, velha aspiração de Braga, não alcança nas décadas seguintes uma dimensão mínima, acabando por ser desalojado em 1973, pela Universidade do Minho.

A criação do Campo Arqueológico de Braga, em 1976, veio pôr de novo a questão do Museu. A recolha diária, nas escavações, de dezenas de fragmentos de cerâmica e de outros objectos permitiu a acumulação, em poucos anos, de um fundo museológico de apreciáveis dimensões⁶.

A revitalização do Museu Regional de D. Diogo de Sousa, operada em 1980, pretendeu resolver, entre outras questões, este aspecto do Salvamento de Bracara Augusta.

No entanto, sérias dificuldades têm sido levantadas à instalação física do Museu.

De facto, as ruínas de Bracara Augusta e as colecções de objectos provenientes de achados ou escavações, constituem um potencial com elevado interesse pedagógico, cultural e mesmo turístico.

Apesar dos responsáveis pela Unidade de Arqueologia e do Museu D. Diogo de Sousa procurarem manter em surdina este vector do processo — pois têm consciência do estado actual das ruínas e do seu desenvolvimento — há uma pressão crescente, por parte das escolas, que pretendem efectuar visitas guiadas às ruínas.

Paralelamente, aumenta o número de visitantes isolados, ainda que não haja placas, nem quaisquer outras sinalizações.

Esta tendência traduz um reconhecimento implícito, por parte

de um vasto público, do interesse do projecto de Bracara Augusta.

Contudo, a falta de apoio dos poderes central e local, para o desenvolvimento deste vector ilude as expectativas crescentes.

Neste quadro é indispensável que o Museu Regional de D. Diogo de Sousa, dependente do Instituto Português do Património Cultural, seja condignamente instalado, não só como espaço de divulgação, mas também como laboratório de restauro e depósito de espólio⁷.

10 — Bracara Augusta - Balanço dos Conhecimentos

10.1 — *Bracara Augusta*

Embora este texto incida exclusivamente sobre Bracara Augusta (não incluindo, portanto, os resultados que sobre a época medieval proporcionaram várias escavações), entendemos não ser legítimo passar em branco os dados que permitem constatar a existência de níveis de ocupação pré-romanos, na área onde viria a ser implantada a futura capital da Galaecia.

Assim, na Colina de Maximinos ou Alto da Cidade detectou-se em 1980 um conjunto de covas abertas no saibro. Numa destas covas, subjacente ao alicerce de um muro romano no séc. I, foi recolhido o perfil completo de um vaso de cerâmica manual, carenado, tipo Alpiarça. Dado que as sondagens efectuadas nesta área foram muito limitadas, pouco é possível adiantar sobre o tipo e significado desta evidência de ocupação.

Também nas camadas mais profundas de valas abertas, na Colina de Maximinos e na área das Carvalheiras, têm sido recolhidos muitos fragmentos de cerâmica castreja, em particular na última citada, onde aquela cerâmica se concentra em covas abertas no saibro.

A técnica aplicada pelos construtores romanos de Bracara Augusta que se preocuparam em implantar os alicerces dos edifícios do séc. I na rocha firme, muitas vezes afeiçoada para o efeito, aliada à necessidade de nivelarem a rocha para a preparação dos respectivos pavimentos, teve como resultado a destruição de eventuais estruturas da Idade do Ferro, cuja existência é legítimo admitir, dada a abundância e o tipo de cerâmicas encontradas.

10.2 — *Condicionismo geográfico da fundação*

As circunstâncias históricas da fundação de Bracara Augusta são conhecidas.

O seu posicionamento geográfico não é tão claro como se pretende. De facto, a urbe romana não foi implantada no vale do Cávado, mas exactamente num ponto de confluência entre aquela bacia hidrográfica e a do Ave, e na área de transição entre as altas montanhas do Minho interior e as colinas que se estendem até ao litoral.

Este posicionamento parece revelar uma intenção geo-estratégica, baseada num conhecimento profundo do território: Bracara Augusta abria-se para o litoral, para as bacias do Ave e do Leça, para os vales do Cávado e do Minho; para as serras Amarela, do Gerês, da Cabreira, Barroso e Alvão, que fecham em anfiteatro o espaço de Entre-Douro-e-Minho.

A rede de vias confirma e concretiza as potencialidades desta posição geográfica.

10.3 — *Arquitectura*

Apesar das vicissitudes que têm afligido o estudo de Bracara Augusta, escavações anteriores a 1976 e trabalhos posteriores permitiram isolar algumas unidades, que passamos a referir:

10.3.1 — *Termas romanas da Colina de Maximinos ou Alto da Cividade*

As termas romanas da Colina de Maximinos principiaram a ser escavadas em Agosto de 1977, tendo sido então detectados os hipocaustos tardios. Durante anos sucessivos, desde 1977 a 1980, a área inicial foi progressivamente alargada, estando actualmente a descoberto uma área de cerca de 800m². Os limites Nordeste e Leste do edificio foram já determinados, faltando localizar os restantes. Desde 1980 e até esta data, apenas se efectuaram intervenções pontuais na área anteriormente escavada, com o objectivo de tentar solucionar problemas específicos de ordem cronológica e arquitectónica. Não está previsto, para já, o prosseguimento dos trabalhos para Sul e para Poente, uma vez que o clima muito chuvoso de Braga é pouco favorável à conservação de estruturas arqueológicas. Por isso se protegeu a área escavada com uma cobertura provisória, a qual, pelas suas características, permite a visita das ruínas.

A interpretação dos edificios termais romanos não é fácil,

em consequência das necessárias obras de reparação e não raras alterações a que foram sujeitos durante a sua vida útil. Acontece também que das suas salas quentes subsistem muitas vezes apenas os solos dos hipocaustos, com abatimento dos pavimentos de utilização, o que torna difícil determinar a respectiva articulação. No caso das termas da Colina de Maximinos, estas dificuldades são agravadas pelas destruições resultantes de valas antigas abertas para roubar pedra, e recentes, para instalação de saneamento.

Pelas suas dimensões, eram estas umas termas públicas, provavelmente duplas, dada a existência de dois núcleos independentes de salas aquecidas, sem aparente ligação entre si.

Não sabemos ainda definir o circuito interno do edifício, nem interpretar os compartimentos anexos, a norte, talvez os mais perturbados pelos remeximentos acima referidos.

Julgamos, todavia, conhecer os principais momentos cronológicos da utilização deste imóvel, como edifício termal. Assim:

- o estudo do espólio proveniente das primeiras camadas de nivelamento, imediatamente sobrepostas à rocha (já que os muros mais antigos nela implantados não apresentavam valas de fundação), permite-nos concluir que este edifício foi construído na segunda metade do século I d.C. e utilizado, talvez, sem alterações muito significativas, mas com evidentes trabalhos de limpeza, até finais do século III.
- O estudo do material proveniente do entulhamento dos hipocaustos contemporâneos dos muros mais antigos, e da espessa camada de preparação do solo de opus signinum que cobriu dois deles, esta última incluindo várias moedas de Divo Cláudio, evidencia a profunda remodelação que estas Termas sofreram, em finais do século III d.C.:
- a área total das Termas foi então substancialmente reduzida, tendo sido abandonadas as salas quentes situadas a Sul, sobre as quais foi construída uma rua empedrada. Igualmente a sala quente localizada no extremo Norte foi abandonada, pois que passou a ser utilizada como zona de praefurnium;
- toda a zona a Leste passou a ser ocupada por uma vasta sala, cujo pavimento, em opus signinum, se estendia por uma superfície de cerca de 96m², enquanto que sobre os solos das piscinas a oeste, é construída uma zona de hipoc-





Distribuição dos sítios, sondagens e escavações citados no texto.

caustos tardios, com reutilização de restos de colunas;

- o espólio proveniente dos entulhamentos dos hipocaustos tardios, incluindo uma quantidade significativa de sigillata hispânica tardia e de sigillata clara parece indicar que o edifício foi abandonado como conjunto termal, no decorrer do séc. V d.C.

10.3.2 — *Domus de Santiago*

Os vestígios romanos, ainda hoje visíveis no interior do claustro do Seminário de Santiago, foram postos a descoberto no Inverno de 1966, no decurso de obras de restauro, logo após a devolução definitiva do edifício à Igreja. Graças ao empenho do Cônego Luciano dos Santos, Reitor do referido Seminário, as ruínas foram poupadas e feitas escavações, tendo sido recuperados e removidos restos de mosaicos, por uma equipa do Museu Monográfico de Conímbriga.

O conjunto revelado corresponde ao peristilo de uma Domus, cujos restantes compartimentos se estendem sob os alicerces dos diversos corpos do Seminário, o que impede o alargamento da área escavada e a compreensão da relação do peristilo com parte de um hipocausto encontrado a Nordeste. De acordo com o espólio escolhido, este edifício parece ter sido construído na segunda metade do século I d.C., tendo sofrido remodelações tardias.

10.3.3 — *Edifício romano da Rua da Senhora do Leite*

Aproveitando a repavimentação de parte da área envolvente da Sé de Braga, foram efectuadas, durante o ano de 1984 escavações no subsolo da rua que ladeia a cabeceira daquela igreja.

Para além de um conjunto de estruturas e vestígios da época medieval que incluem elementos relacionados com a primitiva cabeceira românica, restos de uma necrópole, e níveis de ocupação com cerâmica bem conservada, foi descoberto um imponente muro romano.

Este muro, implantado na rocha, foi identificado numa extensão de 13 metros e suportava uma coluna. De acordo com o espólio, data do século I d.C.

Um estudo mais completo, no sentido de obter elementos

para definir a sua função (templo, ou mercado?), depende de escavações no interior da Sé (para onde o edifício se estende). Entretanto, as valas de escavação foram entulhadas e a rua pavimentada.

10.3.4 — *Casa do Poço*

A chamada Casa do Poço, situada na zona Sudoeste da cidade romana, foi posta a descoberto por escavações realizadas em 1969, sob a orientação de J. Rigaud de Sousa e Eduardo Oliveira. Nessa altura desenvolvia-se a urbanização moderna da freguesia de Maximinos, com constantes destruições de vestígios romanos. O conjunto posto à vista, e depois crimonosamente arrasado, era constituído por um poço, com a profundidade de 9,70 m, ocupando o centro de um átrio quadrangular lajeado e por compartimentos adjacentes que ficaram por definir.

Ainda que os estratos coevos da fundação não tivessem sido escavados, quer o tipo de aparelho dos muros, quer a recolha então feita de cerâmica, atribuíveis à segunda metade do século I d.C., faz supôr que esta será a cronologia mais adequada para a construção do edifício.

10.3.5 — *Zona das Carvalheiras*

As ruínas romanas da chamada Zona das Carvalheiras faziam parte dos bairros ocidentais de Bracara Augusta.

Principiaram a ser escavadas em 1983, a pedido da autarquia, a fim de ser dado parecer sobre o projecto de construção de uma escola e de infra-estruturas desportivas. As escavações prosseguiram nos anos seguintes, 1984 e 1985, através de campanhas de vários meses, e foram retomadas em 1988 e 1989, com intervenções mais curtas.

Aqui foi posto a descoberto o cruzamento de duas ruas lajeadas, uma das quais ladeada por muros correspondendo a fachadas de edifícios.

Apesar das violações muito extensas resultantes da abertura de valas para roubo de pedra, foi possível obter já alguns resultados significativos.

Assim, a análise do material proveniente das camadas de nivelamento da rocha e das valas dos muros mais antigos, muito dos quais apoiados na rocha afeiçoada, permitem afirmar que eles foram implantados na segunda metade do século I d.C., definindo

um primeiro alinhamento na direcção Nor-Noroeste.

Posteriormente, os edifícios foram remodelados e novas fachadas mais avançadas sobrepueram-se às anteriores, conservando o mesmo alinhamento. A rua, por sua vez, foi coberta de lajes que se apoiam numa espessa camada de preparação. O material proveniente das valas de construção dos muros mais tardios e o encontrado na camada de preparação para assentamento das lajes, indica que as remodelações tiveram lugar nos séculos IV/V.

10.3.6 — *Perímetro defensivo*

A muralha de Bracara Augusta tem sido um tema frequentemente afluído, sem que se tenha chegado, por ora, a conclusões definitivas.

Tradicionalmente, os autores tinham como certo que a cidade romana era definida por um perímetro amuralhado, cujo traçado seria aproximadamente circular. Há textos escritos por eruditos locais, ou mesmo registos de testemunhos orais que apontam para a existência de torreões e troços de muralha, em diversos sítios de Braga.

Nas escavações feitas desde 1976, apenas foi detectado um troço de muralha, na área chamada Quinta do Fajal, a Sudeste da cidade romana.

Nesta zona houve uma primeira intervenção em 1977 e trabalhos de maior amplitude em 1982 e 1983. Num conjunto de vários cortes, pôs-se a descoberto uma fortificação definida por dois muros opostos, limitando um espaço interior preenchido por grandes blocos de granito e pedra miúda. O aparelho dos muros é de talhe e dimensões irregulares. É visível a reutilização de pedra aparelhada e elementos arquitectónicos romanos.

No entanto, e apesar da fortificação em causa, ter já uma altura de 4,20 metros, ainda não obtivemos dados cronológicos que permitam datar a sua construção.

10.3.7 — *Necrópoles*

Os dados que possuímos para o estudo das necrópoles de Bracara Augusta resultam de achados fortuitos ocorridos em obras antigas e recentes, de intervenções isoladas, anteriores a 1977 e de acções de emergência, já realizadas no âmbito do chamado Campo Arqueológico, como é o caso das escavações feitas na necrópole da

Rua do Caires durante os anos de 1979, 1980 e 1981 e de intervenções posteriores como as que se realizaram no Largo Carlos Amarante, em 1981, na Rodovia em 1982 e na Cangosta da Palha em 1987.

O mapa de distribuição das sepulturas não é totalmente elucidativo. Assim, duas interpretações têm sido postas:

- uma primeira relaciona as necrópoles já encontradas com as vias de acesso a Bracara Augusta, como se segue: a necrópole da Rua do Caires acompanharia a estrada para Olisipo; a da Rodovia estaria relacionada com o caminho para Emerita (por Freixo); a do Largo Carlos Amarante, Avenida da Liberdade e Cangosta da Palha com a via para Asturica Augusta (por Aquae Flaviae); e finalmente o conjunto de sepulturas encontradas em S. Victor, com a saída da via alternativa para Asturica, que segue pela serra do Gerês (Geira).
- uma segunda considera que as sepulturas, embora com núcleos de maior densidade, se estendiam em roda do perímetro da urbe, sem uma articulação evidente com as vias que dela irradiavam.

A primeira hipótese parece ser a mais provável.

A observação dos tipos de sepulturas encontradas e respectivo espólio revelam uma dicotomia com o que supomos ser os bairros mais ricos e os bairros populares de Bracara Augusta.

De facto, os enterramentos da Rua do Caires, próxima daquela que é considerada zona industrial da cidade romana são todas em forma de covas, muitas vezes sem qualquer cobertura e apresentando, geralmente, um espólio muito pobre.

Pelo contrário, à medida que se avança para a Avenida da Liberdade — nas proximidades da zona residencial mais rica a julgar pela concentração de mosaicos aí encontrados — as sepulturas apresentam-se em forma de caixas, cuidadosamente forradas de tijolos e cobertas por grandes lajes. O espólio é sempre mais rico, atingindo mesmo uma certa ostentação, como acontece com a sepultura selada dos inícios do século II d.C., descoberta em 1981 no Largo Carlos Amarante.

O conjunto da Cangosta da Palha revelou dezenas de sepulturas com túmulos cuidadosamente construídos em pedra e tijolo, mas destituídos de espólio votivo, e que sugere uma cronologia tardia.

10.4 — *Urbanismo*

Como já dissémos, consideramos prematuro adiantar qualquer hipótese explicativa do urbanismo de Bracara Augusta. Limitar-nos-emos, por isso, a referir os dados já adquiridos que poderão vir a constituir elementos importantes para a definição desse urbanismo:

- a disposição das sepulturas já encontradas parece confirmar a existência de quatro entradas da cidade, relacionadas com as vias que a punham em ligação como Olisipo, Asturica e Lucus. Tal disposição — que revela a forma circular do perímetro da cidade — parece vir também em apoio da existência duma muralha, da mesma forma, de que falam documentos antigos e testemunhos orais mais recentes.
- Algumas estruturas até hoje encontradas fornecem-nos — pelas suas dimensões — alinhamentos que, embora não sejam coincidentes, constituem já dados importantes para o estudo do urbanismo da cidade romana. É o caso do muro encontrado na Rua da Nossa Senhora do Leite, da Domus de Santiago e dos muros das Carvalheiras, todos eles implantados na rocha durante a segunda metade do século I d.C., e orientados sul-norte.
- As remodelações levadas a efeito nas Termas de Maximinos e dos edifícios das Carvalheiras, durante os fins do século III d.C. e século IV mantiveram a orientação dos alinhamentos anteriores.
- A concentração de mosaicos nos Largos de S. Paulo e de Paulo Orósio e Seminário de Santiago, em cujo claustro foi posto a descoberto o peristilo já referido, parece indicar a Zona Nordeste da cidade como uma zona residencial de domus, hipótese reforçada pelo tipo de sepulturas e respectivos espólios, pertencentes ao núcleo de necrópole relacionado com a via para Aquae Flavia, mais próximo desta zona.
- Não foi ainda confirmada a localização do Forum, no Alto de S. Sebastião, como garantem documentos antigos. É, todavia, possível admiti-lo, dado que este

lugar corresponde ao ponto mais alto da cidade.

10.5 — *Considerações Genéricas*

— O conhecimento global sobre Bracara Augusta é hoje mais amplo e seguro:

— encontramos a evidência duma ocupação da Colina de Maximinos, na época do Bronze;

— são abundantes, em várias zonas da cidade, os achados de cerâmica indígenas da Idade do Ferro;

— ignoramos qual a extensão da cidade na primeira metade do século I d.C. mas sabemos, com certeza, que ela conheceu um grande desenvolvimento na segunda metade do mesmo século; sofreu importantes remodelações nos finais dos séculos III e IV, e no século V foram abandonadas algumas áreas importantes, tais como as termas de Maximinos;

— não encontramos ainda qualquer troço de muralha, de que falam textos antigos e testemunhos orais recentes. Todavia, as necrópoles por nós encontradas não contrariam a sua existência e confirmam o perímetro oblongo da cidade, já em finais do século II / inícios do século III d.C.

11 — **Conclusões**

Os achados ocasionais registados ao longo dos séculos passados e neste, as sondagens e escavações sistemáticas, levadas a cabo entre 1976 e 1988 são, no conjunto, suficientes para justificarem as seguintes conclusões:

11.1 — No subsolo de uma vasta área, situada no interior do perímetro urbano de Braga, conservam-se vestígios, estruturas e objectos que testemunham sucessivas ocupações proto-históricas, romanas e medievais.

11.2 — A contínua ocupação, durante milénios, dos mesmos espaços, teve como consequência frequentes revolvimentos dos níveis inferiores, pelas ocupações superiores. Assim, as ruínas que subsistem, particularmente as romanas, não apresentam de

modo algum o aspecto monumental que caracteriza alguns sítios, como Miróbriga, Conímbriga ou Tróia. Pode mesmo afirmar-se que será pouco provável que venham a ser descobertas ruínas de grande impacto, embora tal hipótese não se possa excluir totalmente.

Ressalvamos, contudo, que os estratos arqueológicos têm fornecido abundante e significativo espólio. Destacamos, por outro lado, o interesse científico incalculável, quer das estruturas, quer do espólio e dos solos arqueológicos, que podem facultar dados preciosos para o conhecimento da história de Braga desde, pelo menos, a fundação da cidade romana até à Alta Idade Média (inclusivé). É mesmo possível que venham a ser detectados, como já referimos, elementos para o estudo da ocupação proto-histórica do espaço que é hoje a cidade de Braga.

11.3 — O valor científico dos solos e estruturas arqueológicas cresce na proporção directa do rigor aplicado na metodologia das escavações. Esta regra é particularmente importante, no caso de Bracara Augusta. Escavações ou salvamentos feitos sob pressão, com prazos limitados, significam sempre perda de conhecimentos científicos, devido à aplicação de metodologias sumárias e registos esquemáticos.

11.4 — Nos termos das alíneas anteriores, os terrenos de Braga que conservam no seu subsolo ruínas, têm de ser encarados, não só como um valor monumental a salvar no presente, mas sobretudo uma reserva de conhecimento científico, para o futuro.

11.5 — O processo de Salvamento de Bracara Augusta permitiu a criação em Braga de uma Escola de Arqueologia, que hoje já transcende o domínio científico da arqueologia clássica, integrando investigações sobre pré-história e proto-história da região minhota. O desenvolvimento e a consolidação desta Escola de Arqueologia continua, no entanto, em estreita relação com a defesa e o estudo dos vestígios da antiga cidade romana.

11.6 — As ruínas existentes e os objectos recolhidos de Bracara Augusta, têm de ser integrados a breve trecho na vida pedagógica e cultural de Braga, mercê de um plano de urbanização que contemple a Zona Arqueológica de Braga, com as estruturas necessárias para o seu aproveitamento, como espaço cívico privilegiado.

11.7 — É indispensável a instalação urgente do Museu

Regional de D. Diogo de Sousa em edifício próprio e adequado às suas funções.

11.8 — É indispensável e urgente estabelecer os mecanismos legais que assegurem a salvaguarda definitiva das ruínas e solos de Bracara Augusta, afastando todas as ameaças que ainda pendem sobre os terrenos em cujo subsolo se conservam os vestígios da antiga cidade romana.

NOTAS

- 1 — Os marcos miliários reunidos por D. Diogo de Sousa, no Campo de Sant'Ana, estão representados no Mapa de Brauning, datado do século XVI (1594).
- 2 — Sobre as destruições que afectaram os monumentos da cidade medieval, ver: OLIVEIRA & COSTA 1987, 3-52; OLIVEIRA 1979, 164-197; 49-65.
- 3 — Considerando a legislação em vigor na época, que regia a salvaguarda do património cultural, pode-se afirmar que a maioria dos licenciamentos autorizados pelo município foram ilegais. O GTDZAB elaborou um mapa circunstanciado de todos esses licenciamentos ilegais, da correspondência trocada entre a Câmara Municipal e a Direcção do Património Cultural, do estado caótico da gestão urbanística do município, e de toda uma série de obstruções activas e passivas de funcionários camarários ao processo de salvamento das ruínas, iniciado em 1976.
- 4 — A história pormenorizada de todas as vicissitudes por que tem passado a proposta de um diploma legislativo para a salvaguarda das estruturas e solos arqueológicos de Bracara Augusta, daria um documento de várias páginas, talvez elucidativo das malhas que a burocracia e o imobilismo tecem, mesmo na chamada área do património cultural.
- 5 — Acerca da história do projecto de um Museu de Arqueologia em Braga, OLIVEIRA & FERNANDES 1984, 109-136; OLIVEIRA 1985, 179-194; OLIVEIRA 1986.
- 6 — A história mais recente do Museu de D. Diogo de Sousa, a partir de 1980, será feita oportunamente, já que a fase de instalação ainda se encontra em curso, pois que o Museu ainda não possui sede própria.
- 7 — O projecto das futuras instalações do Museu de D. Diogo de Sousa está a ser elaborado.

Bibliografia

- ALARCÃO, Jorge (1988) — *Roman Portugal*, 1.
- ALVES, F.S. e outros (1977) — Salvamento de Bracara Augusta 1 — O Campo Arqueológico da Universidade do Minho (Braga). Breve história, organização e objectivos. *O Arqueólogo Português*, 3 série, 7-9. Lisboa, pp. 416-423.
- CORTEZ, Fernando Russel (1951) — O culto do Imperador no «Conventus Bracarau-gustanus», *Bracara Augusta*, 2 (4), pp. 368-382, 3 (1), pp. 16-30, 3 (2), pp. 147-165.
- CORTEZ, Fernando Russel (1952-1954) — A Fonte do Idolo e o culto de Asklepius em Braga. *Bracara Augusta*, 4 (1-3), pp. 32-45, 4 (4), pp. 264-280, 5 pp. 90-103.
- DELGADO, Manuela (1984) — Sepultura romana encontrada junto ao Largo Carlos Amarante (Braga). *Lucerna*, Porto, 179-201.
- DELGADO, Manuela (1985) — Marcas de oficinas de sigillatas encontradas em Braga. II., *Cadernos de Arqueologia*, Série II, 2, Braga, pp. 9-39.
- DELGADO, Manuela (1987) — Notícia preliminar sobre o salvamento no quarteirão da Rua Gualdim Pais., *Cadernos de Arqueologia*, Série II, 4, Braga, pp. 187-191.
- DELGADO, Manuela e SANTOS, Luciano dos (1984) — Marcas de oficinas de sigillatas encontradas em Braga. I., *Cadernos de Arqueologia*, Série II, 1, Braga, pp. 49-70.
- DELGADO, Manuela e LEMOS, Francisco Sande (1985) — Zona das Carvalheiras: notícia das campanhas de escavação de 1984 a 1985., *Cadernos de Arqueologia*, Série II, 2, Braga, pp. 159-176.
- DELGADO, Manuela e LEMOS, Francisco Sande (1986) — Zona das Carvalheiras: notícia das campanhas de escavação de 1986., *Cadernos de Arqueologia*, Série II, 3, Braga, pp. 151-153.
- DELGADO, Manuela e GASPAR, Alexandra (1986) — Intervenção arqueológica na Zona P1 (antigas cavalariças do Regimento de Infantaria de Braga), *Cadernos de Arqueologia*, Série II, 3., pp. 155-169.
- DELGADO, Manuela e outros (1984) — O Salvamento de Bracara Augusta. Projecto. Intervenções na área urbana de Bracara Augusta. 1983, *Cadernos de Arqueologia*, Série II, 1, Braga, pp. 93-108.
- DELGADO, Manuela e outros (1987) — Escavações de emergência na Necrópole romana da Cangosta da Palha *Cadernos de Arqueologia*, Série II, 4, Braga, pp. 179-181.

- FERNANDES, Isabel e OLIVEIRA, Eduardo Pires de (1984) — Documentos para a história do Museu de D. Diogo de Sousa. I., *Cadernos de Arqueologia*, Série II, 1, Braga, pp. 109-136.
- GASPAR, Alexandra (1985) — Escavações arqueológicas na Rua da Senhora do Leite em Braga., *Cadernos de Arqueologia*, Série II, 2, Braga, pp. 51-125.
- GASPAR, Alexandra; LEMOS, Francisco Sande e DELGADO, Manuela (1986) — O Salvamento de Bracara Augusta. Reflexões, *Actas do I Encontro de Arqueologia Urbana, Trabalhos de arqueologia*, 3, Lisboa, 27-4.
- LEMOS, Francisco Sande e outros (1981) — *Actividade Arqueológica*, Braga.
- NUNES, Henrique Barreto (1978) — O Salvamento de Bracara Augusta: da cidade romana ao Campo Arqueológico da Universidade do Minho, *Actas das III Jornadas Arqueológicas - 1977*, 1, Lisboa.
- OLIVEIRA, Eduardo Pires de (1978) — O Salvamento de Bracara Augusta-IV: os Apontamentos Arqueológicos de Braga, de José Teixeira, *Minia*, 2 série, 1 (1), Braga, pp. 20-44.
- OLIVEIRA, Eduardo Pires de (1979) — O Salvamento de Bracara Augusta-IV: a Câmara Municipal de Braga e a Arqueologia (1837-1974), *Minia*, 2 série, 2 (3), Braga, pp. 164-197.
- OLIVEIRA, Eduardo Pires de (1980) — O Salvamento de Bracara Augusta 7. Antigos achados: tentativa de interpretação crítica., *Actas do Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular*, 3, Guimarães, pp. 107-115.
- OLIVEIRA, Eduardo Pires de (1982) — Para uma bibliografia do Cônego Arlindo Ribeiro da Cunha, *Boletim Bibliográfico da Universidade de Coimbra*, 37, Coimbra, pp. 161-188.
- OLIVEIRA, Eduardo Pires de (1985) — Documentos para a história do Museu de D. Diogo de Sousa, II, *Cadernos de Arqueologia*, Série II, 2, Braga, pp. 179-193.
- OLIVEIRA, Eduardo Pires de (1986) — Documentos para a história do Museu de D. Diogo de Sousa, III, *Cadernos de Arqueologia*, Série II, 3, Braga, pp. 171-195.
- OLIVEIRA, Eduardo Pires de e COSTA, Luis (1978) — O «progresso» em Braga: 1 — Através das actas camarárias, *Minia*, 2 série, 1 (2), Braga, pp. 3-52.
- Roteiro da Exposição evocativa de Bracara Augusta, 1953.
- SOUSA, J.J. Rigaud de (1966/67) — Cerâmica estampada de Braga, *Arquivo de Beja*, 23/24, Beja, pp. 3-10.
- SOUSA, J.J. Rigaud de (1969) — Novo molde de lucerna aparecido em Braga, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 21 (1-4), Porto, pp. 309-3311.

SOUSA, J.J. Rigaud de (1973) — Subsídios para a Carta Arqueológica de Braga, *Studia Archeologica*, 23.

SOUSA, J.J. Rigaud de e OLIVEIRA, Eduardo Pires de (1982) — Subsídios para o estudo das Olarias de Bracara Augusta, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 24 (2), Porto, pp. 359-369.

TEIXEIRA, Carlos (1938) — Subsídios para o estudo da Arqueologia bracarense: a Fonte do Ídolo e o culto de Nabia, *Prisma*, 2 (3), Porto, pp. 145-157.

TRANOY, Alain (1981) — *La Galice Romaine*, Paris.

